



Insurreição do Contestado

Aureliano Pinto de Moura*

Introdução

A Guerra Cabocla foi uma insurreição de cunho messiânico rústico rural, sebastianista. Movimento com origem em Portugal, no século XVI, entre 1530 e 1540, nas Trovas de Gonçalves de Bandarra, um sapateiro português. Pelas Trovas, o Encoberto era o Messias que deveria salvar o Reino de Israel expulsando os infiéis da Terra Santa e o grande príncipe e senhor que daria infalivelmente a Portugal e a hegemonia sobre as outras nações. Anunciava o retorno de D. Sebastião, rei de Portugal desaparecido na Batalha de Alcácer-Kibir (1578), para resgatar as glórias do Império Português e salvar a Terra Santa. Estas crenças foram trazidas para o Brasil, pelos cristãos novos, alastrando-se por todo o território. Pela primeira vez surgiu em Pernambuco, em 1817, na Cidade do Paraíso Terrestre e depois no Reino Encantado, movimentos messiânicos rústicos sebastianistas, que tiveram um triste fim.

O Contestado foi uma insurreição de cunho social liderada, ini-

cialmente por José Maria, um dos muitos “monges” que transitaram pelo Planalto Catarinense, nos séculos XIX e XX. “Monges”, que influíram, em parte, no comportamento dos caboclos ignorantes e miseráveis, esquecidos pelo Estado, paralelamente com a disputa territorial, entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Paulo Pinheiro Machado, em seu livro “Lideranças do Contestado” (Ed. Unicamp) afirma: “Destta forma, considero o conceito de messianismo, tal como é empregado por Maria Laura Pedreira de Queiroz, pouco útil para o estudo deste movimento social”.

Ao se estudar o Contestado percebe-se a revolta dos caboclos contra os “coronéis”, Uma revolta dos excluídos contra a sociedade semi-feudal em que viviam.

Uma disputa pela terra, de caráter social e o conflito político por território entre catarinenses e paranaenses, no decorrer dos acontecimentos que se transformou na atuação de hordas de bandidos, saqueando e matando, sob o pretexto

*O autor é General de Divisão Médico, historiador e pesquisador em História Militar, Sócio Emérito, atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da da Comissão Brasileira de História Militar.

de disputas lindeiras, entre os dois Estados da Federação, o Paraná e Santa Catarina. Dando, ao certo, a esperança de vida melhor e justa. Mas na realidade transformando-os em simples massa de manobra, de bandidos e políticos mal intencionados.

A região geográfica

Foi palco da insurreição um território com aproximadamente 40.000 km², disputado pelos Paraná e de Santa Catarina, desde muitos anos passados. Episódio que se estendeu de 1912 até 1.916, quando, por arbitragem de Wenceslau Braz, então Presidente da República, levou à assinatura de um acordo entre os dois Estados.

A região em questão limitava-se ao Norte pelos rios Negro e Iguaçu; ao Leste pela Serras Geral, e os rios Marombas e Canoas; ao Sul pelos rios Pelotas e Uruguai; e ao Oeste pelos rios Peperiguaçu e Santo Antônio.

O Estado do Paraná tinha pretensões de manter sob a sua jurisdição todo o vale dos rios Negro e Iguaçu, mantendo os rios Pelotas e Uruguai como fronteira com o Rio Grande do Sul. Mantendo, assim as terras herdadas da província de São Paulo, por ocasião do seu desmembramento, em 19 de dezembro de 1853,

reduzindo Santa Catarina às terras litorâneas ao leste da Serra do Mar. Esta disputa já vinha ocorrendo entre São Paulo e Santa Catarina. Após 1.853 o confronto passou a ser entre catarinenses e paranaenses.

Em 1723 foi criada a Comarca de Paranaguá; e em 1738 a de Santa Catarina, mais tarde desmembradas de São Paulo.

D. José I, através do Marques de Pombal deu autonomia a Capitania de São Paulo, nomeando para o seu Governador, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, empossado em 23 de julho de 1765. Nesta oportunidade, São Paulo confirmou o seu limite Sul nos rios Pelotas e Uruguai. Em 1771, Antônio Corrêa Pinto, a mando do Morgado de Matheus, iniciou a construção da localidade de Lages, assim como de da sua igreja matriz. No ano seguinte, o povoado passou à condição de Vila (Nossa Senhora dos Prazeres de Lages).

Alvará expedido por D. João VI, em 1820 passou a vila de Lages à jurisdição de Santa Catarina, pela maior facilidade de comunicação com o litoral catarinense, em relação a Curitiba ou São Paulo..

Já no século XIX, em 1.853, a Comarca de Curitiba desmembrou-se de São Paulo constituindo



a Província do Paraná, herdeira do território da sua 5ª Comarca, assim como de todas as disputas limdeiras com Santa Catarina.

Em 1.865, os rios Marombas e Canoas, até desaguar no Pelotas, passaram a marcar a linha limdeira das terras sob jurisdição catarinense. A linha de limites entre o Paraná e Santa Catarina passou a ser constituído pela Serra Geral, seguindo em direção ao sul pelos rios Marombas e Canoas até o Pelotas. Avançara para o oeste, de conformidade com o Decreto nº 3.378.

Em 1.879, o Ministro Sinimbu, levou a linha demarcatória da jurisdição catarinense até o rio do Peixe. Apesar das tentativas paranaenses, a linha de jurisdição aí permaneceu. Os recursos apresentados por Rui Barbosa, pelo Paraná, foram favoráveis a Santa Catarina, por decisão do Supremo Tribunal, nos anos de 1.904 e 1.910. O Paraná defendia seus direitos à posse baseada no *uti possidetis* enquanto Santa Catarina procurava os tribunais.

O povoamento do planalto catarinense

Antes da chegada dos portugueses e dos espanhóis, a região do Contestado foi habitada por índios Kaiakang (agricultores), habitan-

tes dos campos e seus inimigos, os Guaranis e Xecrêns (caçadores) moradores das matas.

Desde o século XVI, desbravadores ibéricos transitaram pelas trilhas, entre o litoral atlântico e o Paraguai. Por outros caminhos seguiam os bandeirantes paulistas, oriundos de São Paulo e de Curitiba, em busca de preá do índio e de garimpo do ouro.

No século XVIII, para atender aos garimpos das Minas Gerais e de Goiás, tropas percorriam as trilhas levando mercadorias, gado e muares, necessários aos garimpeiros. Da mesma forma transitavam as manadas de gado, levadas do litoral catarinense (Araranguá e Laguna) para o mercado dos Campos de Curitiba. A mesmo ocorrendo com o caminho do gado, entre Viamão, no Rio Grande do Sul e Sorocaba, em São Paulo.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893) contribuíram para se assentarem muitos fugitivos da guerra e da lei, fazendo os pousos e as bodegas, que logo fizeram surgir os povoados. Ao crescerem, alguns chegaram às condições de Vila.

No início do século XX, na região contestada, eram poucas as localidades com mais de 10.000 habitantes. Dentre estas estavam: Rio Negro, União da Vitória, Pal-

mas, Campos Novos e Lages.

Já no final do século XIX e início do XX, passaram integrar essa comunidade, imigrantes alemães, polacos e italianos trazidos, pela Brazil Rayway, assim como cerca de 8.000 operários (arigós), oriundos de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Salvador, para a construção da ferrovia, Na maioria das vezes, marginais da sociedade.

Os imigrantes substituíram, no local, os sertanejos, expulsos das terras doadas à construtora da estrada de ferro (15km para cada lado da linha), pelo governo brasileiro. Deveriam produzir alimentos para os trabalhadores da construção.

A sociedade regional

Na conquista da terra, na região, o homem ia chegando, tomando posse, muitas vezes homiziando-se por crimes cometidos ou fugindo de uma situação política indesejável. As terras foram sendo partilhadas por herança, negociadas ou conquistadas. Eram posseiros intrusos em terras devolutas, aguardando as medições oficiais que nunca vinham. Quando vinham já chegavam viciadas, por concessões políticas a privilegiados e apaniguados.

As disputas pela terra, não raro, acabavam em morte e a duplicida-

de de jurisdição, com frequência, agravava a situação.

A vida transcorria em despejos sucessivos onde imperava a lei do mais forte: a dos coronéis. Estes foram construindo seus impérios com o auxílio dos seus agregados e os seus peões, que ali estavam, ao seu serviço para o que desse e viesse.

O caboclo coletor de erva-mate, ignorante e supersticioso, expulso da terra em que vivia, sem futuro ou esperança, foi alvo fácil às pregações messiânicas dos “monges” andarilhos, que pregando um cristianismo primitivo, traziam esperanças de uma vida melhor.

A essa sociedade juntaram-se os imigrantes trazidos, pela Brazil Railway, para cultivar as terras recebidas, à custa da expulsão dos caboclos brasileiros. Da mesma forma chegaram os operários da ferrovia que ao término da obra foram demitidos e deixados à própria sorte, sem recursos para retornar as suas origens.

A região foi sendo transformada em uma bomba preste a explodir. A injustiça, a miséria, a ignorância e a ação de políticos mal intencionados transformaram querelas locais em antagonismos políticos provincianos, usando os ingênuos sertanejos como massa de manobra.



O messianismo

A presença dos monges em área rural, de miséria, ignorância e misticismo não foi uma exclusividade do planalto catarinense. Em toda área rural brasileira, existiram inúmeros rezadores, curandeiros, benzedores, mandraqueiros, penitentes, adivinhos, monges e outras tantas categorias. Havia entre elas, uma certa hierarquia, das diversas categorias de gente. Os que rezavam, os que benziam, os que receitavam infusões de ervas e poções milagrosas, os que praticavam a medicina cabocla. Havia fazedor de milagres e amuletos protetores. Envolvidos nisso tudo o povo ia sendo conduzido em busca de vida melhor, atrás de uma esperança.

Os “monges”, realmente, desempenharam um importante papel na evolução da sociedade cabocla na região. Que influíram direta e indiretamente no comportamento da comunidade e no desencadeamento da guerra cabocla.

Quando se fala em “monges” do Contestado devem ser considerados: João Maria de Jesus, João Maria de Agostini (o monge da Lapa), João Maria Marcaf e José Maria de Agostinho. Os relatos de suas vidas são cheios de incertezas, divergências e folclore.

João Maria de Jesus, de quem pouco se fala e pouco se conhece,

apareceu na região por volta de 1810. Era um bom homem, andarilho e solitário. Desapareceu como surgiu.

Nenhum foi mais venerado do que João Maria de Agostini, o monge da Lapa. Pessoa de boa índole, que transmitia bondade e esperança com as suas promessas de uma vida melhor, diante da violência e desesperanças reinantes na sociedade. É o mais antigo monge com referências escritas, na região. Nasceu no Piemonte, tendo chegado ao Brasil em 1842 (ou 1845). Foi um homem só, preocupado com as coisas do espírito. Viajava sozinho, não permitindo companhias. Andava descalço, alimentava-se de frutos silvestres, leite e verduras (quando ganhava), dormindo ao relento.

Consta que João Maria de Agostini teria pregado na Igreja Matriz da Vila da Lapa com o consentimento do pároco local. Este fato faz crer tratar-se de um religioso desgarrado. Certo dia, sem informara a ninguém, desapareceu de vez.

No início de 1893, surgiu na região de União da Vitória o monge João Maria Marcaf (Anastás Marcaf), de origem síria (ou francesa), criado em Buenos Aires. Simpatizante da Revolução Federalista chegou acompanhar as tropas de Gumercindo Saraiva com a sua

bandeira branca com uma pomba vermelha. Após a morte do caudilho apregoava o seu retorno à frente de um exército de anjos. Não era um homem pacífico. Foi visto pela última vez, em 1908. Teria sido sepultado em Lagoa Vermelha (ou Mallet, ou Ponta Grossa, ou Taió).

Com o desaparecimento desses “monges”, os sertanejos passaram a cultuar o surgimento de um novo enviado de Deus. Um novo “monge”, um messias.

Por volta de 1912 (ou 1910), surgiram notícias da presença de um curandeiro pelas cercanias de Campos Novos, No sul de Santa Catarina, conhecido como José Maria de Agostinho. Pelo que se sabe, teria vindo dos Campos do Irani (Palmas), no Paraná, tendo sido ex-soldado do Exército ou da Polícia Militar do Paraná. Dizia-se um peregrino.

Com o desaparecimento de João Maria Marcaf. José Maria procurou ocupar o seu espaço, aos poucos conquistando a população, cada vez mais admirado.

Ledor das histórias de Carlos Magno pregou os seus feitos e criou uma guarda pessoal, que chamou de Doze Pares de França. Uma guarda de elite, constituídas pelos 24 melhores guerreiros. Militarizou a Irmandade Cabocla,

criando a forma diária, nos quadradinhos dos redutos.

A organização política da Irmandade confundia-se com a religiosa. A hierarquia era rígida, tendo como insígnia uma bandeira branca, com uma cruz verde. Mas não havia uma liderança única, após a morte do monge José Maria. Ele foi o líder religioso e político-militar. Com a sua morte, a liderança não foi herdada por ninguém. Foi dividida entre vários dos seus líderes menores.

As lideranças religiosas passaram a ser exercidas por jovens sertanejos que diziam ter contacto com o “monge”, através de visões. Jovens videntes que com ele conversavam servindo de intermediários para com a Irmandade Tal situação imperou na até a conquista de Taquaruçu, pelas tropas. A partir daí ao se dirigirem para Caraguatá, onde a infiltração de malfeitores já era grande, fez com que esses elementos passassem a dominar a Irmandade. As lideranças passaram a ser mais guerreiras do que religiosas.

A Irmandade Cabocla

A Irmandade foi se assentando, pelo planalto, em pequenos redutos, habitados apenas por integrantes da Irmandade. Eram centenas ou milhares de pessoas.



A vida nos redutos era rígida, sob todos os aspectos. Quem ali residia tinha que aceitar a fé pregada pelos “monges” e seguir uma rígida disciplina de convivência, estabelecida para todos.

Os redutos foram construídos em clareiras, com casas rústicas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho, sapé (grimpa do pinheiro) ou palha. Alguns cobriam as casas com o couro de boi. Dormiam em tarimbadas forradas com pelegos e cozinhavam no fogo montado no centro da cozinha, usando trempe de ferro.

No centro do reduto, o quadrado (praça) onde estava a igreja e onde eram realizadas as formas (formaturas) e rezas e o local de distribuição dos trabalhos diários. Os homens da guerra (combatentes), os bombeiros (espíões), os piquetes xucro (encarregado do saque, do roubo, do recrutamento, do confisco de gado e outros bens), as avançadas (sentinelas), o pessoal da lida (com o gado), os tamboreiros (tambor das solenidades) e outras mais.

Os sertanejos tiveram a convicção do seu direito à terra, pela sua expulsão do seu pedaço de chão. As terras doadas pelo Estado à empresa da construção da ferrovia; aos imigrantes trazidos pela Brazil Railway para a produção agrícola. Mesmo reclamando às autorida-

des, os sertanejos foram esquecidos e omitidos pelos dois Estados.

Na região, foram chegando homens de todas as classes sociais que se agruparam em torno do “monge” José Maria. Esperavam que em um dia, São Sebastião descesse a Terra, com seu Exército alado proporcionando a todos os crentes uma vida melhor. Apenas os coronéis, grandes proprietários, não aderiram à Irmandade Cabocla, Permaneciam ligados aos chefes políticos locais e regionais. Dentre os pequenos proprietários, os que não aderiram à Irmandade, eram simpatizantes discretos ou a força.

Em se tratando de prisioneiros, nem sempre chegavam aos redutos. Eram eliminados no caminho, com requintes de crueldade. Por fuzilamento ou degola.

O combatente caboclo era valente e resistente. Formou-se, na grande maioria das vezes, em combate. Sabiam manejar o seu facão e a sua “Winchester”. O seu adestramento era de responsabilidade dos “comandantes da briga”.

As lideranças

O fanatismo e a credence dos sertanejos, aliados às qualidades de chefia do “monge” José Maria, levaram-no à liderança religiosa, política e social da Irmandade.

Após sua morte no combate do Banhado Grande, nos Campos do Irani, as lideranças religiosas passaram a ser exercidas por videntes, todos eles de pouca idade. Assim foi com a menina Teodora (11 anos), neta de Euzébio; o jovem Manoel (18 anos), filho de Euzébio; e o menino Joaquim (11 anos), neto de Euzébio.

As lideranças políticas, sociais e militares não mais se fixavam em uma única pessoa. Cada reduto passou a ter o seu próprio líder. E na proporção que foi evoluindo a insurreição novas qualidades foram sendo exigidas às lideranças. Foram surgindo os chefes que se destacaram pela sua valentia, intimidade com as armas e conhecimentos guerreiros. Eram homens autoritários, intolerantes, e cruéis. A traição à covardia ou mesmo as pretensões de liderança eram, impiedosamente, pagos com a morte. Não havia piedade. Com frequência esses homens eram desertores, ex-integrantes da Guarda Nacional, capatazes ou mesmo fazendeiros. Alguns fugitivos da justiça.

O Exército Brasileiro

O Governo voltou a descuidar-se do seu Poder Militar. Reduziram-se os efetivos e as verbas orçamentárias, refletindo-se na

motivação da tropa para manter o seu adestramento.

Com a Proclamação da República, apesar das reformas realizadas, por Benjamin Constant e Nepomuceno Mallet, a situação da tropa pouco melhorou.

No início do século XX a tentativa de profissionalização da tropa foi realizada por Hermes da Fonseca (1908-1910) com as manobras em Santa Cruz e a criação dos Clubes de Tiro.

A insurreição, iniciada em outubro de 1912, encontrou uma tropa pouco operacional. O seu armamento e equipamento eram ultrapassados e já desgastados, longe de atenderem as necessidades.

O 5º Distrito Militar (Paraná e Santa Catarina), tinha seu Quartel General em Curitiba e a tropa aquartelada nas cidades de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Castro e Florianópolis.

Durante a campanha, em determinados momentos, o Exército contou com a participação de tropa estadual do Paraná e de Santa Catarina

A tropa federal empenhada, era a 2ª Brigada Estratégica, reforçada por unidades de outros Distritos Militares. Em 1915, em plena campanha, a brigada foi transformada em Divisão, a duas brigadas e o Distrito Militar transformado em Região Militar.



O armamento usado, a princípio, pela infantaria, foi o fuzil Mannlinches 6,5mm mais tarde substituído pelo fuzil rMause 1891 e 1908 (modelo brasileiro). As companhias de metralhadora estavam armadas com armas Norderfild e a artilharia contava com canhões Krupp 7 ½ e Creusot.

As forças estaduais estavam armadas com fuzis Camblain e metralhadora Norderfild, de maneira geral em más condições de uso.

A insurreição a caminho

Ao iniciar o século XX, Santa Cruz de Canoinhas não passava de um pequeno povoado, ao norte da região contestada. Seu posicionamento era excepcional, no meio da mata, foi sendo ocupada por catarinenses e tornando-se um local de homizio de malfeitores fugidos da justiça paranaense. Em 1911, Canoinhas foi elevada a vila.

O governo catarinense procurava expandir seu território até o vale do Paciência e do Timbó visando a calha do Rio Iguaçu. Valia-se do aviso do Ministro Sinimbu que levava a linha fronteira, para o Rio do Peixe (1879).

O Paraná procurava impedir o avanço catarinense. Para os habitantes da região era indiferente a quem cabia a jurisdição. Bandos

armados, foram chegando trazendo insegurança e desamparo. Esses jagunços recebiam recursos e armamento das autoridades catarinenses.

Preocupado com o crescer da violência, o 5º Distrito Militar enviou uma companhia do 37o. Batalhão de Infantaria (Florianópolis) para desenvolverem ação de polícia, nas linhas lindeiras.

As medidas tomadas só agravaram a situação. Criavam-se vilas por decreto e localidades fictícias. As rixas pessoais foram crescendo, interesses regionais foram interferindo, até Santa Catarina radicalizar e apelar para o Poder Judiciário.

Tropas federais chegam ao Timbó e à União da Vitória e o Paraná enviou um destacamento de sua Força de Segurança, reforçado por civis armados. A intervenção conseguiu pacificar temporariamente a região. É neste momento que surge em Campos Novos um “monge”, curando doentes, aplicando ervas, rezando, atraindo os caboclos ignorantes e supersticiosos, que agrupavam-se em torno do “homem santo”. Tratava-se de José Maria de Agostinho, o “monge do Contestado”.

José Maria não era bem visto por Francisco de Albuquerque, Intendente de Curitiba. A sua presença em Taquaruçu, rodeado de

seguidores, preocupava o “coronel”. Além disso, o “monge” havia se recusado atender um chamado do “coronel” e se encontrava sob a proteção de Henriquinho Almeida, inimigo político e desafeto de Francisco de Albuquerque.

José Maria foi para Taquaruçu, para a Festa do Divino, onde resolveu criar o primeiro “quadrado santo”.

Determinada noite, durante a apresentação de violeiros, em um desafio na trova, um jagunço deu “viva à Monarquia e a São Sebastião”. Foi o que bastou para que Francisco de Albuquerque, denunciar, ao governo catarinense, o perigo monarquista que surgia em Taquaruçu. A situação chega a Hermes da Fonseca, Presidente da República. que determinou imediatas providências ao 5o. Distrito Militar, visando a proteção da ferrovia, marginando o Rio do Peixe e a ultrapassagem, de bandos armados para terras paranaenses..

Em 12 de setembro de 1912, parte de Curitiba um destacamento do 14o. Regimento de Cavalaria, com 160 homens, comandados pelo Tenente-Coronel Álvaro Pereira Franco, com destino a Caçador, na linha férrea.

José Maria tomando conhecimento do deslocamento de tropa, para a região, em 1o. de outubro

retirou-se de Taquaruçu em direção aos Campos do Irani, nos campos de Palmas (Paraná)..

A tropa estacionou em Caçador sem perceber a passagem do bando de José Maria, transpondo o rio logo ao norte de Erval, sem molestar ninguém.

O Governo do Paraná viu perigo “...na invasão de bando ligado a Santa Catarina”, Já os catarinenses suspeitaram das intenções do “monge”, que estava cercado de paranaenses, como ele.

O combate do Banhado Grande

José Maria entrou em terras paranaenses, com seu bando armado. Poucos o viam como monarquista. Para o governo do Paraná o bando estava ligado aos catarinenses. A presença, de José Maria e seus homens, alarmou a população local. Vários foram os apelos feitos, pelos moradores de Palmas, ao Governador Carlos Cavalcanti (Paraná). Um pequeno destacamento da sua Força de Segurança foi enviado para a região.

Diante das preocupações alarmistas, o governador paranaense resolveu mandar para Palmas o Regimento de Segurança Pública do Paraná, sob o comando do Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho (Capitão do Exército). O



“Diário da Tarde”, de Curitiba, em 1o. de outubro, publicou a manchete: “Bálcãs Catarinense”.

Em 13 de outubro João Gualberto seguiu para União da Vitória por ferrovia, com destino a Palmas, com um efetivo de 158 homens. Acantonou, em União da Vitória, seguindo em marcha no dia quinze e chegando, três dias depois, em Belo Horizonte. Ali João Gualberto resolveu, seguir para o Sul, em direção ao Irani onde se encontrava José Maria, apesar da discordância de Vieira Cavalcanti, Chefe de Polícia, que seguia junto com a tropa.

José Maria procurou o contacto com Vieira Cavalcanti, enquanto João Gualberto procurou contato com o “monge”, através de chefes políticos e fazendeiros locais. Uma carta impositiva, escrita por João Gualberto, irritou José Maria por sentir-se desconsiderado, por ser ela escrita a lápis e das imposições de João Gualberto não serem aceitáveis. João Gualberto decidiu-se pelo confronto armado partindo em direção ao acampamento do monge. Na madrugada de 22 de outubro, com a tropa cansada, marchou na escuridão, sem muito preservar a surpresa. Fez alto, pela manhã e aguardou o clarear do dia, para um reconhecimento na região.

João Gualberto colocou a sua tropa em posição, junto ao Banhado Grande, onde procurou instalar a sua única metralhadora. Arma essa que de nada lhe serviu. Caíra na água, quando era transportada e não funcionou quando foi necessária.

Os jagunços surgiram em massa, iniciando-se um violento tiroteio e encarniçado combate corpo-a-corpo. No confronto morreu João Gualberto, assim como José Maria. A violência do entrevero levou a debandada de vários soldados e jagunços.

O combate do Banhado Grande (ou do Irani) foi considerado um desastre, onde houve açodamento, negligência e menosprezo pelo valor de combate do inimigo.

No dia seguinte, uma nova expedição

A notícia do desastre do Banhado Grande levou Palmas ao desespero, temendo pela sua segurança. Mas em realidade os jagunços havia seguido para Taquaruçu. Vieira Cavalcanti, tão logo recebeu a notícia, do desastre, informou a Carlos Cavalcanti.

Chocado, sem meios disponíveis para agir, Carlos Cavalcanti apelou para a Guarda Nacional e para a sociedade civil. De imediato mandou para Palmas os 200 rema-

nescentes do Regimento de Segurança Pública, sob o comando do Tenente Fabriciano Rego Barros, Comandante do Corpo de Bombeiros (oficial do Exército), com destino a Palmas.

Ao saber da notícia, o Presidente Hermes da Fonseca determinou ao 5o. Distrito Militar todo apoio ao Governo do Paraná. Assim, foi determinado ao Coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho, Comandante do 5o. Regimento de Infantaria (Ponta Grossa), reforçado por destacamento do 14o. Regimento de Cavalaria (Curitiba) seguisse para Palmas. Eram ao todo, cerca de 1.000 homens. Concomitantemente partiu de Florianópolis o 54o. Batalhão de Caçadores sob o comando do Tenente-Coronel Duarte Aleluia Pires, reforçado por alguns policiais catarinenses, em direção a Curitiba. Toda a região foi vasculhada sem nada encontrar. Os jagunços haviam retornado para Taquaruçu e alguns dispersados. No Banhado Grande apenas vestígios do combate.

Em Palmas a situação era tensa, com pressão sobre Vieira Cavalcanti que mandou abrir inquéritos que terminaram arquivados no Cartório Criminal de Palmas. O Capitão José de Souza Miranda, o Tenente João Busse e o Al-

feres Adolphito Guimarães, foram submetidos a Conselho de Guerra, tendo sido absolvidos.

Após o desastre do Banhado Grande, o Contestado, viveu um período de paz relativa. O policiamento continuou a ser realizado por pequenos contingentes e tudo fazia crer que a vida voltava à normalidade. Carlos Cavalcanti aproveitou a calma para dialogar com os catarinenses e olhar com mais atenção para a região contestada.

Tanto Carlos Cavalcanti quanto Hercílio Luz, Governador catarinense, procuravam uma solução definitiva para o problema de limites. Chegaram a contatar o Ministro Lauro Miller, catarinense e colega de Escola Militar de Carlos Cavalcanti. Mas a situação de paz no Contestado era apenas aparente.

O “monge” José Maria havia sido visto, pelos videntes da Irmandade, perambulando pela região de União da Vitória e Canoinhas. Os fiéis passaram a aguardar a sua ressurreição sob a proteção de São Sebastião e do seu “exército celestial” que viria a Terra para uma “guerra santa”.

As expedições militares

As notícias da presença do “monge” na região eram tão fantástica, que não preocupava as auto-



ridades. José Maria havia sido sepultado no Banhado Grande. Mas no sertão não era essa a crença. Jovens videntes tinham visões, com o “monge”, recebendo a orientação a ser seguida pela Irmandade.

Em Curitibanos, os conflitos políticos continuavam. O “coronel” Francisco de Albuquerque via na Irmandade um sério perigo monarquista. Por isso apela para Vidal Ramos, Governador catarinense. Dizia-se preocupado com os 150 jagunços armados e adeptos da monarquia, nas proximidades de Curitibanos. O Governo catarinense, em 11 de dezembro de 1913, alerta ao Paraná e ao Ministro do Interior quanto ao perigo que se avizinhava. Pedia intervenção de tropas federais na região enquanto Carlos Cavalcanti negava-se a aceitar a decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação aos problemas de limites e sugerindo uma arbitragem para solucionar a disputa. Vidal Ramos não aceitou a proposta. Parlamentares paranaenses e alguns catarinenses (como Hercílio Luz, Marcos Konder e Lebon Régis) apoiaram Carlos Cavalcanti, mas nada ficou resolvido. Na tentativa de pacificação do Contestado, várias expedições foram mandadas para a região, com esse objetivo.

Em 13 de dezembro de 1913 foi mandada uma expedição, comandada pelo Capitão Esperidião, constituída por tropa federal e da polícia catarinense. Eram ao todo 358 homens. A presença da tropa na região contestada alertou a Irmandade em Taquaruçu. Por falta de comunicação e coordenação apenas uma fração comandada pelo Capitão Adalberto investiu contra Taquaruçu, sem obter resultado. Após pequeno combate, sem resultado retornou para Caçador.

A fração comandada pelo Capitão Esperidião burlada por seus vaqueanos, que alegaram estarem perdidos, retraiu para Campos Novos.

No início de 1914, nova expedição foi organizada, com base no 54o. Batalhão de Caçadores e sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires. A sua missão foi investir sobre Taquaruçu. O deslocamento da tropa, em direção a Curitibanos, não passou despercebido pelos jagunços. Liderados por Venuto Baiano, malfeitor e desertor da Marinha, preparou-se para defender o reduto. Para isso percorreram os arredores de Butiá Verde com seus piquetes xucros, saqueando casas e fazendas, roubando gado e armas encontradas. As tentativas de diálogo, com os jagunços, foram infrutíferas.

Em 3 de fevereiro, a expedição de Aleluia Pires partiu rumo a Taquaruçu, em marcha por caminhos muito difíceis. Chegou na região, em 8 de fevereiro, após realizar reconhecimento nos arredores, e iniciar o bombardeio do reduto, atacou e conquistou Taquaruçu. Após enterarem os mortos, seguiu-se o saque e o incêndio do reduto. Dos jagunços sobreviventes apenas os rastros.

Após a conquista de Taquaruçu foi um marco. O fator místico religioso da insurreição foi declinando, e influenciando cada vez menos nas ações da Irmandade. A influência dos malfeitores começava a crescer. Derrotados em Taquaruçu, os jagunços, seguiram em diversas direções: Curitiba, Caraguatá, Perdizes Grandes ou Perdizinha.

Surge em Caraguatá a menina Maria Rosa (14 anos), filha de Elias Souza, um dos chefetes, morador da Serra da Esperança. Tornou-se um instrumento nas mãos dos “mentores da fé”. Era ela que indicava os nomes dos “comandantes da briga” e das “rezas” assim como os integrantes dos piquetes de peia do gado. Ela é que escolhia os “bombeiros” e os responsáveis pelas “formas”. Aos traidores, ela sentenciava ao fuzilamento.

Maria Rosa “possuía ligações com o mundo espiritual, um mundo de mistérios”.

Nesta fase da insurreição os jagunços eram mais arredios, mais fanatizados e mais agressivos. Destacava-se bando de Venuto Baiano, desertor da Marinha e ex-funcionário da ferrovia. Seu bando era formado, na maioria, por foragidos da justiça e outros das piores espécies..

Conquistado Taquaruçu, Aleluia Pires seguiu para Caçador, onde recebeu ordem para suspender o ataque a Caraguatá. Deveria esperar o resultado de conversações, com os insurretos, que de nada adiantaram. Piorado o seu estado de saúde, Aleluia Pires foi então substituído pelo Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro, com ordem de investir Caraguatá. A expedição teve como base o 54º Batalhão de Caçadores, reforçado com elementos dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria, de uma seção de artilharia de montanha, uma seção de metralhadoras e um esquadrão de cavalaria. Em 8 de março, estava reunido em Perdizes Grandes, enfrentando fortes chuvas. Quando recebeu ordem para atacar Caraguatá. Em determinado ponto do percurso, o guia, declarou-se incompetente, alegando desconhecer o caminho. Havia levado a tropa em direção totalmente fora da rota. Marchado totalmente desorientado.



Ao recuar, a expedição foi atacada por Venuto Baiano, não conseguindo prosseguir para Caraguatá. Retrai para Calmon, onde chega em 11 de março, enviando o seu relato ao Comandante do 5º Distrito Militar.

Diante da situação e da repercussão nacional, o Comandante do Distrito Militar sugere uma nova expedição, sob comando de um oficial general. Para missão foi nomeado o General Carlos Frederico de Mesquita, um veterano de Canudos. Recebendo para cumprir a missão cerca de 1.500 homens.

Ao assumir o comando, o General Mesquita dispensou a tropa catarinense por estar em péssimo estado e procurou dialogar com os jagunços sem qualquer resultado. A presença da tropa na região, levou os jagunços abandonarem Caraguatá, por não haver condições para defender o reduto.

Em suas ações, o General Mesquita conquistou Santa Maria e Caraguatá, enquanto os jagunços retiravam-se para o vale do Timbó e para a Serra do Tamanduá.

Após conquistar os seus objetivos, o General Mesquita, deu por encerrada a sua missão e dissolveu a expedição, para a surpresa de todos. Julgou que, com a destruição de Santo Antônio e Caraguatá, os

jagunços não teriam mais condições para se concentrar. Ledo engano, voltaram-se para Santa Maria.

Em seu relatório, o General Mesquita, foi bem claro. Sua tropa estava sem roupa, com vários doentes e estava às portas do inverno. Para ele “não era missão andar as forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato, do tempo da escravatura”. Para ele seria uma missão para tropas de polícia estadual.

Ataques jagunços

A retirada do General Mesquita da zona de operações pareceu a os insurretos, um sinal de fraqueza. Teria sido uma “ação protetora de José Maria”.

O Contestado voltou a agitar-se, onde “coronéis” procuravam resolver seus problemas pessoais a qualquer custo. Bandos armados percorriam a região realizando incursões ao seu bel prazer. Foi neste período que o Major Matos Costa procurou conseguir uma solução pacífica para o conflito, através do diálogo. Chegou mesmo a ter um bom relacionamento com algumas lideranças. Mas de pouco ou nada adiantou, pois foi um período violento com muitas ações por parte de bandos armados.

Naquela época dois tristes episódios aconteceram: a chacina de

São João, onde morreu o Major Matos Costa e a do Rio Iguazu, onde 17 jagunços foram degolados por um bando de vaqueanos do coronel Fabrício Vieira, sob alegação de que eram contrabandistas de armas. O que não era correto. Houve apenas um acerto de contas em negócio de dinheiro falso. Fabrício Vieira e o seu bando eram bandidos a serviço do governo.

O grande cerco:

Iniciando o planejamento

Após cumprir missão no Ceará, o General Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado Comandante do 5º Distrito Militar e 11ª Inspeção Militar, assim como da 2ª Brigada Estratégica. Tal ato deu-se após entrevista do general com o Ministro da Guerra e do Interior e o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República.

Setembrino seguiu para Curitiba em 9 de setembro de 1914, onde a sua nomeação fora mal recebida tanto na imprensa, como pela sociedade paranaense. Temiam uma intervenção militar no Estado.

Ao chegar ao seu Quartel General, as preocupações de Setembrino de Carvalho aumentaram. Os efetivos militares estavam incompletos e havia falta de oficiais superiores.

Os problemas existentes vinham sendo tratados com descaso e a tropa não estava adestrada para aquele tipo de combate que ia enfrentar.

Estudou a situação com o seu estado-maior, elaborou o seu Plano de Operações e deu ciência ao Ministro da Guerra. A suas pretensões foram quase todas atendidas. Inclusive o reforço de 7.000 homens.

Pesava sobre os ombros de Setembrino de Carvalho os insucessos das expedições anteriores e a má vontade de oficiais que não aceitavam aquele tipo de missão para o Exército. Contava, entretanto com a boa vontade dos governadores, ambos militares. O que facilitou o andamento dos entendimentos para o acordo final da questão de limites.

A tentativa pela via pacífica

O General Setembrino de Carvalho, sem se descuidar das providências para a execução de seu Plano de Operações, pretendeu valer-se de todos os meios para evitar mais derramamento de sangue, na região. Para isso apelou para o Bispo de Curitiba, D. Braga, procurando uma solução pacífica, para o conflito. D. Braga recomendou-lhe o Frei Rogério a quem foi atribuída a missão de procurar o contacto com os insurretos para um diálogo que levasse, o impasse a uma solu-



ção pacífica. Deveria “...oferecer-lhes todas as garantias, se depusessem as armas, e ao mesmo tempo recolher as mulheres e crianças que constava existirem entre eles, sem abrigo, famintos e seminus.” De nada adiantou a tentativa. Foi escorraçado logo ao chegar.

Em 26 de setembro de 1914, foram distribuídas aos habitantes da região, uma mensagem assinada por Setembrino de Carvalho apelando pela paz e convidando aos insurretos a que se retirassem da região, armados, ou não, para onde estivessem as forças militares. Garantia-lhes os meios de subsistência e terras, com seu respectivo título de propriedade. De nada adiantou.

O Plano de Operações

De posse das informações possíveis, o General Setembrino, traçou o seu Plano de Operações, conforme sua Ordem do Dia nº2, de 18 de setembro de 1914.

Decidido por uma operação de cerco, determinou a ocupação de localidades situadas em pontos importantes para isolar a zona de operações procurando impedir a comunicação dos insurretos com o exterior. Constituiu, ainda, colunas móveis na base de um regimento de infantaria, com o obje-

tivo de “...descobrir o inimigo e exterminá-los”.

As quatro linhas ficaram assim organizadas:

- Linha Norte: Rio Negro, Canoinhas e Barreiros, sob o Comando do Coronel

Júlio Cezar Gomes da Silva, logo substituído pelo Coronel Onofre

Ribeiro contando com o 28º e 29º Batalhão de Infantaria e com o 56º Batalhão de Caçadores;

- Linha Oeste: União da Vitória, São João, Calmon, Rio Caçador, ponte sobre o Rio Uruguai (ferrovia), sob o Comando do Coronel Arthur Eduardo Sócrates, contando com o 57º Batalhão de Caçadores;

- Linha Sul: Campos Novos, Passa Dois, Curitiba, sob o Comando do

Tenente-Coronel Estillac Leal, contando com o 54º e 58º Batalhão de Caçadores e o 9º Regimento de Cavalaria; e

- Linha Leste: Itaiópolis, Panduva, Moema, sob o Comando do Coronel Júlio Cezar Gomes da Silva, contando com o Batalhão Tático e mais tropa a ser definida.

Concluído o Plano, Estado-Maior passou a trabalhar em cima do apoio administrativo, para não

repetir os insucessos de Canudos.

Instalados Armazéns de Campanha em Rio Negro e União da Vitória, posteriormente mais um em Canoinhas. Eram responsáveis pelo suprimento de todas as classes tendo sido regulamentados pela Ordem do Dia nº5, de 22 de setembro.

Os transportes seriam executados pelos Esquadrões de Trem, que além dos suprimentos era responsável pela evacuação dos feridos e doentes.

O apoio de Saúde ficou regulamentado pelas normas e instruções já existentes e em vigor. Instaram-se hospitais em Rio Negro, União da Vitória e Ponta Grossa, apoiados pelo Hospital Militar de Curitiba. Nas Colunas Móveis, hospitais de sangue e postos de socorro seriam instalados e operados pela Formação Sanitária Regimental que eram, também, responsáveis pelas ambulâncias (equipes móveis). Lamentavelmente, o efetivo de médicos e farmacêuticos era muito reduzido para o efetivo a ser apoiado.

As primeiras ações

Após a tentativa de pacificar a região do Contestado, pela persuasão e não tendo obtido o resultado que pretendido. Setembrino de Carvalho resolveu dar andamento

ao seu planejamento para desencadear a operação final de cerco, propriamente dita, Decidiu, porém realizar, em novembro de 1914, algumas ações preliminares para dar mais segurança, na execução de seu Plano de Operações.

À Coluna Norte, com 1.663 homens, coube a missão de conquistar os redutos de Paciência e de Salseiro, ao sul de Canoinhas e ficar responsável pela defesa dessa localidade.

Procurando reforçar as suas tropas, o General Setembrino obteve permissão para empregar o Regimento de Segurança Pública do Paraná, reorganizado-o como se fora um batalhão de infantaria, recebendo a denominação de Batalhão Tático. Tudo sob protestos do Governo catarinense. Este batalhão passou a integrar a Coluna Leste, que tinha sob a sua responsabilidade as regiões de Itaiópolis, Iracema, Moema e Papanduva. Localidades próximas dos redutos de Aleixo Gonçalves e de Tavares. A Coluna Leste conseguiu desalojar os insurretos, desses redutos, porém não realizou a perseguição, permitindo a fuga de seus líderes. Fato que motivou chacota por parte dos insurretos.

Em janeiro de 1915, Henrique Wolland, o Alemãozinho, chegou a Papanduva acompanhado de 250



peças, afirmando que “...o fanatismo não passava de um puro banditismo”. Ao render-se proporcionou importantes informações a respeito da situação dos insurretos e a localização dos redutos.

Uma tentativa frustrada

Ao assumir o seu comando, o General Setembrino solicitou a participação do Tenente Ricardo Kirk para estruturar um serviço de exploração aérea. Pela extensão do território, as dificuldades de deslocamento em terreno difícil, contando com pouca tropa de cavalaria, a inexistência de cartas e a não confiabilidade nos vaqueanos, fez o General Setembrino pensar no emprego da aviação militar.

O Tenente Kirk, acompanhado por Ernesto Darioli, italiano, seguiu para o Contestado, levando quatro aviões “Morane-Saulniers” e um “Blériot-sit”. Destes, dois foram danificados durante o transporte ferroviário.

Hangares foram construídos em Porto União, Rio Negro e Canoinhas, enquanto Kirk e Darioli preparavam as aeronaves para missões de reconhecimento e de bombardeio. Lamentavelmente, em 1º de março, ambos os pilotos decolaram em missão de reconhecimento, enfrentando nebulosida-

de, ventos fortes e frios. Darioli preocupado retornou ao campo enquanto Kirk sofreu um acidente fatal, a poucos quilômetros de Porto União, no atual município de General Carneiro, onde está localizado um monumento em sua homenagem.

Ordem aos subordinados

Em Ordem do dia de 9 de janeiro, o General Setembrino, decide desencadear sua operação final de cerco. Para isso, reorganizou as suas Colunas definindo suas missões:.

Coluna Norte: atacar e ocupar a Vila Nova do Timbó e os redutos à margem direita do Rio Timbozinho, liderados por Manoel Machado. Para isso a Coluna empregará a tropa dividida em dois destacamentos.

Coluna Sul: atacar Tamanduá e Santa Maria, guarnecendo Curitibaanos com tropa do 54º Batalhão de Caçadores e Santa Cecília com o 9º Regimento de Cavalaria.

Coluna Leste: atacar os redutos de Aleixo, Josephino e Marcello, no Rio da Areia.

Coluna Oeste: dar segurança à ferrovia e impedir a passagem de insurretos da zona de operações para território de jurisdição paranaense.

Após muita luta, a Coluna Norte, tendo como destaque o Desta-

camento Potyguara ocupou Vila Nova do Timbó, em 30 de janeiro, prosseguindo em direção a Santo Antônio e Timbozinho.

No início de fevereiro, a Coluna Leste atacou os três redutos, seus objetivos, destacando-se na ação o Major Chananeco Antônio da Fontoura, os Capitães Figueira e Francellino, assim como o médico Oliveira Viana e o farmacêutico Hello Portella.

A Coluna Sul não foi tão feliz quanto às outras na tentativa de conquistar Santa Maria e Tamanduá. Não obteve um bom resultado. Estillac Leal teve problemas com os seus vaqueanos, o que determinou que tivessem dificuldades na orientação.

O terreno era difícil, dificultava a ação da cavalaria, que com muita dificuldade, em 7 de fevereiro, bivacou em Tapera, nas margens do Rio Santa Maria

Ao retornar ao ataque, a Coluna enfrentou forte reação por parte dos jagunços. Tendo sido detidos os 57º e o 58º Batalhão de Caçadores, diante da situação. Após ter conseguido alguma progressão, Estillac Leal resolveu retrair para Tapera por medida de segurança. O ataque foi um insucesso, um baque para Estillac Leal e uma decepção para o General Setembrino.

Estillac, sem desanimar, decide realizar novo ataque no dia 2 de março. Manda fazer o reconhecimento e posiciona a sua artilharia.

Para facilitar a sua operação solicitou o apoio da aviação militar. Não sabia, ainda, do triste fim do Tenente Ricardo Kirk que pôs fim a possibilidade do apoio aéreo.

O desempenho da artilharia, na manhã do dia 2 não foi o desejado por Estillac Leal. A posição ocupada pelos canhões era impraticável e a munição estava “úmida e abalada”, no dizer do Tenente Alzis. Somente no final da manhã, com a mudança das posições, a artilharia conseguiu cumprir a sua missão desalojando os jagunços das suas trincheiras. Desencadeado o ataque, até as 15.00h, a infantaria não tinha conseguido desalojar os jagunços abrigados nas furnas.

Estillac Leal atribuiu esse insucesso “...à frouxidão...” e ao moral abalado, da tropa. Para Demerval Peixoto, além da “frouxidão” teria “havido indecisão” por parte do comandante da coluna. Março estava em seus últimos dias e a Coluna Sul não conseguia um bom resultado. Alcebiades de Miranda entendeu que a “...tropa, ou parte dela não estava em condições desejáveis para aquele tipo de combate”.



Diante do insucesso, o General Setembrino de Carvalho, tentou ir ao Rio de Janeiro para conferenciar com o Ministro da Guerra, mas não obteve permissão de ausentar-se da região do conflito. Diante do fato mandou uma carta procurando explicar e justificar o que ocorria na zona de operações. Segundo ele, apenas conseguiu “...denegrir a memória dos mortos em combate e taxar de covardes os camaradas sobreviventes...”. Elogiou a artilharia, mas chamou de “vacilante” a atuação da infantaria. Sobre os seus oficiais afirmou ao Ministro que “...faltou espírito de sacrifício e coragem...”. Aproveitou ainda para criticar o General Ferreira de Abreu, o seu antecessor no Comando da 5ª Região Militar (antigo Distrito), afirmando ter recebido a tropa “...na mais absoluta miséria”.

A queda de Santa Maria

Após um estudo de situação, o General Setembrino reuniu os seus subordinados para discutir a reformulação do Plano de Operações. Decidiu por uma operação de ação simultânea para atacar Santa Maria. Seria realizado um cerco ao reduto, que seria comprimido aos poucos.

A Coluna Sul recebeu ordens para continuar o assédio ao reduto enquanto as Colunas Norte e Les-

te investiriam sobre Santa Maria, simultaneamente. A Coluna Oeste manteria a ferrovia em funcionamento. Eram cerca de 7.000 homens que marchavam sobre Santa Maria.

A Coluna Norte, sob o comando do Capitão Tertuliano Potyguara investiu contra Tamanduá e Vaca Branca, sem encontrar resistência e segue para bivacar em Reinhardt. Enquanto isso a Coluna Sul procurou sitiar Santa Maria, tentando ganhar terreno palmo a palmo. A tropa, de moral baixo pelos seguidos insucessos, começou a enfren-tar o frio, com falta de capotes e de calçados. Para agravar, a malária, a febre tifóide e a disenteria começaram a produzir baixas. Inclusive entre os médicos. Apenas um tenente permaneceu em seu posto.

A tropa começava dar sinais de cansaço.

Neste momento crítico, o Exército, começou a substituir os uniformes, os equipamentos e as barracas por outros, dentro de um novo plano. Os uniformes passaram a ser “kaki”, assim como as barracas. Mudaram, também, a organização das grandes unidades. A 2ª Brigada Estratégica passou a constituir a Divisão Provisória. Algumas unidades foram extintas

outras reorganizadas e o pessoal remanejado.

Com o fluxo de suprimento dificultado, foram instalados Armazéns de Campanha em Calmon e Rio Caçador. Outra dificuldade surgida foi o efetivo de muares e eqüídeos. Os animais estavam estropiados e magros e não havia re-completamento suficiente.

Os 400 homens recebidos do Rio de Janeiro, como re-completamento, mais problemas trouxeram do que desempenho. Foi um bando de maus elementos que começaram a criar problemas desde seu embarque.

O ataque final

Em 24 de março, Setembrino de Carvalho determinou que a Coluna Sul, com 1.500 homens realizasse uma ação secundária na direção de Santa Maria. Estillac leal procurou manter o sítio, através de bombardeio, contínuo, de artilharia e tentando o contacto com a Coluna Norte em Vaca Branca, após ter desalojado os jagunços de Caçador. Enquanto isso, Potyguara havia iniciado sua ação ultrapassando Tamanduá.

Em 1º de abril, a Coluna Sul chega em Reinhardt, ainda procurando o contacto com Potyguara, mas esse já havia passado por aí e seguia em direção a Santa Ma-

ria. Estillac Leal continuava enfrentando sérias dificuldades na sua progressão. O desempenho das unidades não era homogêneo e a ordem era manter a posição conquistada a qualquer custo. Sob intenso fogo dos jagunços já sentia os claros abertos, pois o re-completamento não vinha sendo feito e as perdas eram grandes.

No dia 2 de abril, a Coluna Sul desencadeou um ataque sem obter bom resultado, apesar dos obuseiros não terem dado descanso aos jagunços. Diante da situação Estillac Leal procurou manter a posição conquistada apesar da opinião contrária dos seus oficiais. A situação tornou-se crítica em face do número de perdas. No dia seguinte a tropa manteve-se em posição, observando ao longe os rolos de fumaça que subiam ao céu, na direção de Santa Maria. Tertuliano Potyguara veio trazendo de vencida aos jagunços, a ferro e fogo, desde o Timbó até Santa Maria, durante dias seguidos. Suas ações primaram pela surpresa, rapidez, violência e liderança. Por onde passou foi arrasando os redutos transformando-os em um monte de cinzas. Ao entrar em Santa Maria, o reduto, estava vazio.

Ocupado Santa Maria foi realizado um reconhecimento da vizi-



nhança e organizada a segurança do acampamento, usando toras de imbuia e de pinheiro. A expectativa da chegada da Coluna Sul continuava, mas esta permanecia parada em Tapera.

Os jagunços, não se dando por vencidos, tentaram desalojar a Coluna Norte de sua posição, sem conseguir. O combate foi violento, com muitas baixas em ambos os lados. Dentre estas o Tenente Médico Alexandre dos Santos Castagnio, ferido na coxa e que continuou cumprindo o seu dever. Quando estava socorrendo um soldado tombou atingido por um tiro mortal. Era o único médico da Coluna.

A situação tornava-se cada vez mais grave. Começou faltar alimento e munição e o combate continuava sem fim. Potyguara, com ultima tentativa, ordenou a ida de 30 soldados do 53º Batalhão de Caçadores, para tentar o contacto com a Coluna Sul.

Ao anoitecer, chegaram os vaqueanos do “coronel” Fabrício Vieira, sob o comando do Capitão Salvador Pinheiro, constituindo a vanguarda da Coluna Sul. Pouco depois foi o 14º Batalhão de Infantaria que chegou. O grosso permaneceu no alto da serra, a 2km de Tapera, onde esperava a passagem de Potyguara. No dia 5 foram

chegando o 57º e 58º Batalhão de Caçadores.

Ao chegar em Tapera, Potyguara foi recebido por Estillac Leal, com o 51º Batalhão de Caçadores em forma, com todas as honras. Uma recepção calorosa.

Este desencontro, esta falta de coordenação não esta bem explicada.

A pacificação

Terminada a campanha, em 5 de abril, com a tomada de Santa Maria, o Plano de Operações havia sido cumprido, apesar das dificuldades enfrentadas. Faltava a pacificação da região.

Em 15 de maio foi dissolvida a Divisão Provisória e extinta a 11ª Inspetoria Militar, sendo substituída pela Circunscrição Militar do Paraná e Santa Catarina, sob a chefia do Coronel Sebastião Pyrrho.

Setembrino de Carvalho, em solenidade, discursou na sacada do Palácio do Barão (do Cerro Azul), sede do Comando da Região Militar, quando foi inaugurada uma placa de bronze alusiva a pacificação do Contestado. Placa essa arrancada pelos vitoriosos da Revolução de 1.930.

Algumas tentativas de bandos armados remanescentes ainda tiveram que ser sufocadas. Inclusive a tentativa da criação do Estado das Missões.



A pacificação ficou a cargo do General Carlos Campos, novo Comandante da 5ª Região Militar.

Em 6 de janeiro de 1.916, o Ministro da Guerra deu como encerrada as ações do Exército no Contestado.

Somente em 20 de Outubro de 1.916 é que foi assinado o acordo que pôs fim às disputas lindeiras entre o Paraná e Santa Catarina, assinado pelos Governadores Fellipe Schmidt, de Santa Catarina e Affonso Alves de Camargo, do Paraná.

Aspectos Militares a considerar

Características de episódios insurreccionais;

Providências para curto prazo sem avaliar a realidade;

Emprego de doutrina militar da época adaptada a contra-guerrilha;

Desconhecimento do terreno e do inimigo, inicialmente;

Subestimaram o inimigo;

Emprego conjunto com tropa estadual e com vaqueanos (pouco confiáveis)

Tempo para mobilização e organização a curto prazo (primeiras expedições)

Exército em ação de polícia, com efetivos insuficientes, (até 4ª Expedição)

Mudanças de uniformes e equipamentos

1915 - Criadas Divisões de Exército e extintas as brigadas;

Violência de ambos os lados

Operação de Cerco bem concebida e conduzida com superação das deficiências

Apoio logístico: organizado;

Extinta a Região Militar;

A questão de limites, uma ação entre amigos;

Necessidade de instrução e adestramento;

Algumas opiniões

Alcebiades de Miranda

Se fosse feita uma rigorosa devassa a respeito, muita gente boa surgiria como protegendo os jagunços. Negociantes abastecendo os jagunços.; (Alcebiades de Miranda)

A politicagem teve parte saliente nos auxílios prestados à resistência teimosa e sangrenta dos fanáticos Mauri Auras.

Havia negociantes, na própria zona contestada, que abasteciam os jagunços de armas, munições e viveres (Alcebiades de Miranda)

Uma questão puramente social foi considerada pelos governantes como um problema policial.

No momento em que as forças do Exército começaram melhorar, a Irmandade começa desmoronar.

Oswaldo Cabral



O móvel religioso, por si só, não teria desencadeado a tempestade... foi conseqüência das aberrações da religiosidade

Foi uma guerra de fanáticos em conseqüência da ignorância

Maurício Vinha de Queiroz

Só teremos compreendido profundamente o que houve, se considerarmos os fenômenos aí registrados como decorrentes de uma crise de estrutura.

As aspirações coletivas se chocavam com a organização social e política representada pelos coronéis .

Conclusões finais

Insurreição social dominada por bandidos, tendo o caboclo como peça de manobra;

Sociedade semifeudal onde reinava a ignorância, a superstição, a miséria;

População esquecida pelas autoridades omissas e ausentes;

Interesse político, querelas e vinganças;

Facilidade em adquirir armas e munição;

Presença das Forças Públicas Estaduais, sem condições operacionais;

Movimento social combatido pelas armas

Exército preparado para guerra

clássica, com experiência de combate adquirida em Canudos (1897);

Falta de oficiais superiores

Falta de informações e comunicações

Vaqueanos um caso a parte. Não eram confiáveis;

Limites um pretexto

Arbitragem um acerto.